

INTERVENÇÃO DE DR. MARI ALKATIRI
SECRETARIO GERAL DA FRETILIN E DEPUTADO AO PARLLMENTO NACIONAL
NA ABERTURA DO DEBATE NA GENERALIDADE DA
LEI DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO DE 2014

9 Janeiro 2014

Senhor Presidente do Parlamento Nacional!
Senhor Primeiro-Ministro!
Senhores Vice-Presidentes e dignissimos Membros da Mesa!
Senhores Membros do Governo!
Ilustres Deputadas e Deputados!

Excelências!

Senhor Primeiro-Ministro!

O Mundo, mais uma vez, foi surpreendido com a nossa capacidade de romper com as dependências políticas, superar as lacunas das mesmas, sarar as feridas e avançar na consolidação da Paz, Estabilidade rumo ao desenvolvimento sustentado e sustentável. Acabamos com uma década de coabitação política e muticultural, com a partilha do nosso espaço territorial entre nós e cidadãos de diferentes partes do mundo que para cá vieram ajudar-nos a lançar as primeiras pedras e, pedra sobre pedra, edificar as nossas instituições. Terminamos com a união de facto entre o nosso Estado e as instituições internacionais no exercício do poder político e administrativo. Muitos acreditavam que com a saída da UNMIT Timo-Leste voltaria a instabilidade e aos conflitos nos gabinetes e nas ruas.

A nível nacional, a nossa nova forma de fazer política foi saudada pela maioria esmagadora da nossa sociedade. Disse, e repito, maioria esmagadora e não, toda a sociedade. Aqui e alí vimos gestos e ouvimos vozes dissonantes, preocupações, apreensões, melhor dizendo, insatisfações. Uns dizem que estamos a matar a democracia. Outros, que estamos simplesmente à procura de protagonismo individual.

Pergunto: Qual é o significado da democracia, então? Que democracia conseguirá sobreviver quando promove a exclusão política, social, cultural, religiosa e, acima de tudo, económica? Poder-se-á aceitar que estamos em democracia, quando a alternância não demonstra ser alternativa para uma boa-governança?

Nas condições em que vivemos, nesta fase crucial de afirmação da Nação e de construção do Estado, devemos simplesmente usar os microfones da rádio e as emisoras e o ecrans da televisão, trazer, de uma forma manipulada ou não, o poder para a rua só para nos fazermos ouvir, só para que a nossa voz crítica de eficácia duvidosa possa satisfazer os demais? Ou o que devemos é intervir no processo com eficácia e eficiência para atingirmos os nossos objetivos da independência, de melhor defesa da nossa soberania, de não permitir a abertura de brechas que pudessem dar oportunidade de sermos todos manipulados, explorando o ego de cada um de nós? Queremos disciplinar o uso do bem público e contribuir, já e agora, na redefinição do rumo para todo o processo e para o país? Porque como dizia o saudoso Nicolau Lobato, mesmo pequenos que somos em numero, " sabemos, e podemos e devemos vencer".

No que toca aos conflitos que nos dividiam, trazidos por ventos estranhos do taci mane e taci feto, deixemos que tempestade vindas das nossas montanhas onde jazem os nossos heróis, os leve para outros mares e que se afundem de uma vez por todas nos grandes Oceanos.

Mas , Sr. Primeiro Ministro. É errado quando assumimos que a paz é um objeto de compra e venda. Sempre que assim pensamos, na verdade, não estamos a comprar a paz. Estamos sim a criar novas dependências que crescem como bola de neve, que engordam como um balão cheio de água que se torna cada vez mais

pesado, de mobilidade cada vez mais difícil, estático. Temos então a inatividade, a recusa do trabalho, a verdadeira dependência.

Alegam que buscamos protagonismo individual quando finalmente decidimos juntar forças e capacidades para melhor servir o nosso povo. Será mesmo protagonismo pessoal quando se intervem no processo na procura de consensos nacionais em medidas incontornáveis da criação do Estado ou quando quando se contribui na adoção de medidas e estratégias estruturantes para a consolidação da Nação e construção do Estado de Direito Democrático? Será que nos esquecemos já que somos uma Nação dilacerada pela guerra – Nação, mais como uma afirmação de uma vontade política coletiva do que como uma realidade sócio-antropológica - um país traumatizado e a reclamar benefícios sobre os cadáveres dos heróis, um Estado a institucionalizar-se na procura de soluções para responder às expectativas do povo e da comunidade Internacional? Faço lembrar que temos um povo vítima de uma pobreza endémica e secular, por isso mesmo, um povo, todo ele, ainda a reclamar mais justiça, mais segurança, melhor futuro, um futuro que para ele devia ter iniciado já no passado recente. Para muitos, o futuro devia ser o resultado da simples libertação da Pátria e esta, por si só, devia significar só direitos para todos àqueles que lutaram, melhor ainda, para aqueles que, por diferentes razões, sobreviveram à Luta que dezimou centenas de milhares de cidadãos - os melhores filhos do nosso povo.

Senhor Presidente!

Senhor Primeiro-Ministro!

Ilustres Deputados e membros do Governo!

Excelências!

O nosso Timor-Leste precisa de se reencontrar e de encontrar o rumo certo no seu processo de afirmação como Nação, como País e como Estado de Direito Democrático. Precisa assim, de identificar os instrumentos de catalização do desenvolvimento deste processo integrado que deve fazer progredir diferentes realidades sociais, políticas e económicas, em simultâneo. É urgente que tenhamos consciência das contradições que necessariamente existem entre a necessidade da afirmação da Nação e o carácter inadiável da construção do Estado de Direito Democrático.

Sabemos que qualquer Nação só nasce e se consolida através da superação das realidades tribais e/ou étnicas. As formas de superação variam em função da natureza do poder instituído para gerir todas as contradições sociais, políticas e, mesmo, económicas. Não há saltos neste processo histórico, social e humano de desenvolvimento. Tampouco pode haver imposições externas, imitações ou transladações de modelos de desenvolvimento. Muito menos quando os modelos se apresentam já como fracassados depois de séculos de experimentação.

Senhor Primeiro Ministro!

Permita-me que reitere uma convicção que partilho. Defendo o ponto de vista que a economia é uma ciência e, como tal, só se afirma como economia, quando os agentes de transformação das realidades sabem assumir o princípio básico e simples que os recursos são sempre escassos. São escassos do ponto de vista de que se exige uma gestão racional dos mesmos de modo a produzir mais e de melhor qualidade como retorno às nossas despesas/investimento. Quando se investe, deve-se produzir resultados qualitativamente visíveis que tragam retornos económicos, sociais e financeiros para o todo do País. A isto se dá o nome de qualidade na execução do orçamento e do plano de ação anual.

Qualquer investimento na área da educação, da saúde, da agricultura, das infraestruturas, etc. e etc., deve ter isto como base. São fundamentos racionais da execução do Plano Anual de Ação convertido em Orçamento Geral do Estado. Se este princípio não for devidamente respeitado, a execução orçamental deixa de ter o verdadeiro carácter de execução e passa a ganhar forma de despesismo e de esbanjamento. Sempre que isto acontece, a curto prazo, a economia engorda, a medio, incha, a longo prazo, aquece descontroladamente e rebenta. Infelizmente tenho que afirmar que é isto que tem vindo a acontecer com a economia de Timor-Leste: crescimento em simultâneo da economia e da inflação, decréscimo da

qualidade de vida para a maioria, êxodo rural massivo, provocando um índice de crescimento demográfico insustentável nas cidades, especialmente, em Dili.

Como consequência temos o abandono cada vez maior das zonas rurais, a redução da produção no campo, a distorção do mercado, em particular, do mercado de trabalho, nas zonas urbanas. Esta é uma realidade que se agrava de dia para dia. Assistimos a uma baixa produtividade dos funcionários públicos, dos agentes do Estado e dos trabalhadores em geral. A nossa economia torna-se cada vez menos competitiva, ou melhor, incompetitiva. Nestas condições, e a continuar, só podemos prever o colapso num ritmo a ser marcado à partir de 2025, no máximo.

O que devemos fazer, Sr. Primeiro Ministro?

No meu entender, temos que passar a ter menos olhos que barriga e a ter o cérebro a controlar mais o coração.

Devemos tornar a nossa economia mais competitiva. Devemos reduzir às dependências, mesmo que elas signifiquem dependências em relação às receitas de fontes não-renováveis, dos recursos que a natureza nos vai doando. Devemos repensar seriamente sobre a questão do investimento público e do desenvolvimento do nosso “sector privado” quase totalmente dependente do investimento público. Devemos incentivar a produção e mobilizar os setores naturalmente mais patrióticos – os Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional – a assumir o dever de continuar a participar no processo de libertação do Povo. Incentivos para o trabalho e para a produção e não, subsídios para alimentar o deskanso, o lazer.

O Orçamento Geral do Estado é um Plano Anual de Ação que discrimina dois tipos de previsões: o das receitas e o das despesas. No campo das receitas, e falando do fundo consolidado, temos as receitas domésticas, não petrolíferas, e as receitas petrolíferas. A acrescer a isso temos as eventuais doações ou apoios e os empréstimos.

Tendo isto como base, podemos concluir que as projeções para 2014 indicam claramente que as receitas domésticas não serão nem suficientes para o pagamento de salários e vencimentos da função pública e dos agentes de Estado. Três razões justificam, embora de uma forma inaceitável, esta realidade. E elas são: i. uma função pública que engordou em número de funcionários e agentes de Estado, mas não em eficiência e eficácia, ii. uma Lei tributária que não tributa o suficiente, e, iii. um serviço de cobranças de impostos e taxas ineficiente e apático ou cúmplice da evasão fiscal.

Para a melhoria desta situação devemos superar as lacunas acima referidas, isto é:, devemos começar já com: i. revisão da Lei Tributária, ii. a reciclagem permanente dos funcionários públicos e agentes de Estado e a sua colocação nos diferentes Distritos e Subdistritos como preparação para a criação dos Municípios e das Zonas aceleradas de Desenvolvimento hoje internacionalmente conhecidas por Zonas Especiais de Economia Social de Mercado.

Em relação às cobranças de impostos, taxas e eventuais coimas, uma vez revista a Lei Tributária, devemos contratar uma instituição internacional competente para, nos cinco anos seguintes, gerir este sector de particular importância de modo a aumentar as receitas domésticas e formar os nossos serviços.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional!

Senhor Primeiro Ministro!

Excelências!

Estas são medidas de fundo absolutamente inadiáveis que devem ser tomadas ainda no primeiro semestre deste ano fiscal de 2014. Mas, elas só por si não irão resolver o nosso défice de sentido de responsabilidade e de sentido de estado na feitura do Orçamento e na execução do mesmo.

Existem questões de fundo no domínio do sistema de governação e da estrutura orgânica do Governo que devem ser abordados e corrigidos com a máxima urgência. A actual estrutura do Governo, as sobreposições

de competências nele existentes, a falta de definição clara de competências, a elephantíase estrutural e política de que padece geram conflitos durante o período da execução, reduz a sua capacidade de intervenção, inibe o exercício do poder de decisão, reduz a capacidade de iniciativa, aniquila a criatividade.

Lendo e estudando a execução orçamental de 2013 e, comparando-a com as de anos anteriores, só podemos concluir que a situação vai piorando, desde 2011 e que o V Governo demonstra menos capacidade de execução que o conhecido IV Governo e mesmo este foi diminuindo de capacidade e piorando na qualidade. Permita-me, Sr. Primeiro Ministro dizer que as soluções que Vossa Excelência preconizou para romper com a inércia de alguns Ministérios, criando algumas Agências e Comissões só vieram acrescentar mais sobreposições de competências, maior inércia, mais inibições, menos criatividade, diria mesmo, em alguns casos, mais nepotismo. Vossa Excelência tem sido incansável na procura de soluções, criativo na busca de soluções, inovador na procura de instrumentos. Mas, reconheçamos que na execução das suas propostas só podemos registar a redução da vida institucional. O Governo é cada vez menos Governo para se afirmar cada vez mais como um somatório de Ministros, Vice-Ministros, Secretários de Estado e de Agências, todos eles reclamando competências próprias, originárias mas colocando sempre para a responsabilidade de Vossa Excelência o peso da decisão. Alguns membros assumem-se com competência transversal e se atrevem a interferir-se no trabalho de outros de uma forma inaceitável, diria mesmo, intolerável e na corrida à procura de obras e de projeção mediática. Quando o Sr. Primeiro Ministro parece evitar os ecrãs da televisão, os seus membros do Governo competem entre eles na busca de protagonismo e na construção das suas respectivas imagens como estrelas da nossa TVTL.

Outros ainda, e se a informação que possuo se revelar correcta, contraem dívida pública na ordem de muitos milhões de dólares, dezenas de milhões de dólares e tem agora o desprazer de querer incluir no Orçamento para 2014 a correspondente verba para ressarcir uma dívida contraída ilegalmente. Repito, a confirmar-se isso, este membro do Governo já devia ter sido demitido e, se for funcionário público, então devia estar já a responder em processo disciplinar. Pela dívida que contraiu sem autorização legal, o Governo só tem um caminho que é referir o caso ao Ministério Público para a constituição do competente Processo Crime.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional!
Senhor Primeiro Ministro!
Excelências!

As Instituições do nosso Estado, incluindo Parlamento Nacional, os responsáveis políticos e administrativos têm vindo a sofrer de um síndrome comum, do vírus do alargamento das nossas fronteiras para territórios ultramarinos com viagens pelo Mundo.

Fazem incessantes estudos comparativos sem resultados palpáveis, visitas de trabalho sem qualquer retorno visível. Penso que alguns já conhecem melhor outros países do que o nosso Timor-Leste, outros Parlamentos do que o nosso próprio Parlamento e, seguramente, outros Ministérios de outros Países do que os seus próprios respectivos Ministérios.

A execução orçamental em bens e serviços, no geral, e em viagens internacionais, em particular, demonstra claramente que a inversão dos valores na gestão do herário público. Não tenho qualquer dúvida que se torna urgente exigir responsabilidades políticas e administrativas, cívicas, criminais, em casos que ultrapassam os limites da simples má gestão ou má administração para entrarem no domínio do esbanjamento e preencherem os requisitos definidos do crime de abuso de poder, peculato e de corrupção.

Por isso, Senhor Primeiro Ministro, estou certo que cortes devem ser efectuados nas rubricas de Bens e Serviços e Capital Menor para o Orçamento de 2014. Por outro lado, medidas legislativas ou regulamentares devem ser aprovadas no sentido de se reduzir o número de viagens internacionais às restritamente necessárias e com retornos visíveis no domínio político, social, económico, técnico e financeiro. Outro sim, deve ser igualmente regulamentado o número de pessoas integrantes das delegações em função do nível de representatividade do chefe da Delegação, atribuindo a cada uma delas um trabalho específico durante a estadia fora do país.

Excelências!

Senhor Presidente do Parlamento Nacional!

Senhor Primeiro Ministro!

O país precisa de tomada de medidas imediatas, ousadas, mas bem estruturadas, no sentido de se acelerar o processo de desenvolvimento e de se afirmar, na região e no mundo, como referência e parte ativa na afirmação de novos paradigmas. Devemos fazê-lo através da criação de um novo modelo de desenvolvimento mais justo, mais inclusivo, com retornos sociais e de equidade económica e financeira mais visíveis capazes de aumentar a qualidade de vida da maioria e, como consequência, erradicar a pobreza e ampliar e dar uma dinâmica mais sustentável e sustentado ao mercado.

Necessitamos de imprimir uma dinâmica própria na criação de novos pólos de desenvolvimento e aprender a pensar o país como um todo, o Estado como uma Instituição integradora, os Governos como simples administração dos interesses nacionais que, no processo de governação não deve ser reducionista ao ponto de se isolar e passar a defender tudo menos o interesse nacional, de pensar de uma forma exclusivista.

A Economia Social de Mercado que pretendemos lançar representa este mesmo desafio, o desafio da criação de um novo modelo de desenvolvimento, nascido da síntese dos modelos até aqui conhecidos, mas capaz de imprimir uma dinâmica de maior inclusão no modelo de financiamento e na arquitetura de funcionamento da própria economia. A gestão será ela própria mais participativa de modo a que todos se sintam parte do processo de libertação do Povo e assim, passem a adquerir espírito empreendedor crescente de geração para geração.

As Zonas Especiais a serem criadas serão Zonas de dinamização do desenvolvimento a nível nacional. Qualquer financiamento para estas Zonas Especiais deve ser entendido como financiamento a um programa nacional com impacto regional e internacional. Por isso, reduzi-lo a um financiamento de um simples distrito é abordagem que não corresponde a realidade e nem ao espírito da política de criação de novos pólos de desenvolvimento.

É necessário que saibamos abordar de uma forma mais criativa uma questão absolutamente nova e especial e inovadora. Dar-lhe um tratamento indiferenciado e, à partida, querer, consciente ou inconscientemente, abortar o programa. Dito de outro modo, devemos aprender a saber pensar a Nação como ela precisa de ser pensada, a ter um sentido de estado que o país precisa, a saber representar o interesse de todos como o nosso povo nos exige.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional!

Senhor Primeiro Ministro!

Senhores Deputados e membros do Governo!

Excelências!

Agradeço a atenção prestada e termino dizendo:

HAMUTUK ITA BELE!

BAINHIRA HAMUTUK ITA BELE DUNI FIAR AN!

FIAR AN ATU LA' O BA OIN!

SEI HETAN FALI FIAR HUSI POVU!

ATU HAMUTUK DUNI HAHU DEZENVOLVIMENTU HUSI BASE!

Obrigado wain!